

Práticas comunitárias em educação ambiental: saberes e vivências na construção do protocolo comunitário do Beira Amazonas, Brasil

Community practices in environmental education: knowledge and experiences in the construction of the community protocol of Beira Amazonas, Brazil

Elice Martins Nobre
Raimunda Kelly Silva Gomes
Universidade do Estado do Amapá (UEAP)
Macapá-AP-Brasil

Resumo

Este artigo busca compreender os saberes/vivências em Educação Ambiental na construção do Protocolo Comunitário do Beira Amazonas, Amapá. A pesquisa é um estudo de caso, com abordagem qualitativa, que consistiu em: 1) Levantamento bibliográfico; 2) Observação participante; 3) Grupo focal e 4) Análise dos dados. Os resultados mostram a preocupação em garantir a proteção dos recursos naturais, sendo que a sustentabilidade é compreendida como as inter-relações estabelecidas no tempo/vivência, que fortalecem as práticas comunitárias na defesa do conhecimento tradicional. A educação é entendida como pilar para o empoderamento e protagonismo social. Evidenciou-se, ainda, que a Educação Ambiental está intrinsecamente relacionada ao processo de construção do Protocolo Comunitário, numa perspectiva educacional popular freiriana, que tem como base os saberes locais dos povos ribeirinhos amazônicos amapaenses.

Palavras chaves: educação ambiental; protocolo comunitário; Amazônia.

Abstract

This article tries to understand the knowledge/experiences in Environmental Education in the construction of the Community Protocol of Beira Amazonas, Brazil. The research is a case study, with qualitative approach, which consisted of: 1) Bibliographic survey; 2) Participant observation; 3) Focus group and 4) Data analysis. The results show the concern to guarantee the protection of natural resources, and sustainability is seen as the interrelationship established in time/experience, which makes stronger the community practices in the defense of traditional knowledge. Education is understood as a pillar for empowerment and social protagonism. It was also highlighted that Environmental Education is intrinsically related to the construction process of the Community Protocol, in a popular Freirean educational perspective, which is based on the local knowledge of the Amazon riverside population.

Keywords: environmental education; community protocol; Amazon.

Introdução

Romper com o processo colonial que perdura na relação ambiente e sociedade, requer o entendimento de que a natureza faz parte de nossa essência, o que leva a reflexões sobre nosso modo de ver as relações socioambientais políticas, culturais e econômicas, no intuito de almejar uma sociedade com equidade social e sustentabilidade. Nesse sentido, concorda-se com Leff (2021), quando afirma que somos parte de um todo e a educação é um processo de construção coletiva, no qual o diálogo é uma estratégia formativa, que abre os caminhos da história para a construção de novos saberes.

A Educação Ambiental em sua essência precisa ter representatividade coletiva e libertária, tornando os indivíduos protagonistas de suas próprias formações, pois os pilares de uma Educação Ambiental freiriana, de acordo com Loureiro, Layrargues e Castro (2011, p. 73) consistem em compreender que:

a Educação Ambiental é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente.

Em concordância, Leff (2010) advoga que a Educação Ambiental é fundamental para formação de um pensamento crítico, sendo que os movimentos sociais são parte desse processo, ao exercerem a função democratizadora, que possibilita a construção de uma cultura participativa, como elemento propulsor da consciência ambiental.

Compreende-se que a Educação Ambiental integra a diversidade de saberes e culturas. É o que se observa, por exemplo, que ocorre com os povos tradicionais, que vivem do próprio trabalho e com ele produzem práticas cooperadas e diversificadas de uso e ocupação do território, tais como a agricultura de subsistência, extrativismo, pesca, dentre tantas outras atividades. De acordo com Gomes e Calado (2020), o mundo precisa se re-conectar e re-aprender com as comunidades tradicionais, pois apesar de possuírem pouca ou nenhuma assistência do Estado, conseguem interagir e integrar um modelo comunitário de sócio-biodiversidade, ao construírem coletivamente seus protocolos comunitários, apesar das adversidades impostas pela sociedade capitalista do mundo pós-moderno em que vivemos.

Precisamos romper com o mito de que a natureza deve manter-se intocada, como espaço desabitado, livre de qualquer intervenção da humanidade, pois essa concepção,

segundo Diegues (2019), pode ser um discurso oriundo dos países ditos industrializados que acreditam numa natureza intocada, e se opõe à realidade existente de populações locais que vivem em áreas protegidas e que desenvolvem modos de vida que respeitam os ciclos da natureza, tão importantes para sua sobrevivência. O que devemos buscar, então, é a convivência harmoniosa entre homem e natureza. Contudo, o que se verifica são confrontos e conflitos gerados pelo avanço urbano e pela exploração desenfreada da natureza, o que vem ensejando uma luta incessante das comunidades tradicionais em permanecer e proteger seus conhecimentos, bem como dos movimentos sociais de base, que se levantam contra a devastação dos territórios habitados.

As lutas coletivas explicitam que as organizações comunitárias reeducam o pensar a Educação Ambiental, e conseqüentemente, a práxis social para a cidadania. Isso nos faz lembrar da obra *Pedagogia do Oprimido*, do renomado educador Paulo Freire (1987), a qual propõe nos reeducar para uma compreensão pedagógica dos fatos, ao apontar que os oprimidos são sujeitos da educação, da construção de saberes, conhecimentos, valores e cultura.

Dessa maneira, como educadores socioambientais, urge compreendermos que as populações tradicionais do Beira Amazonas, quando discutem seus protocolos comunitários, se formam como sujeitos sociais, culturais, cognitivos, éticos e políticos. Precisamos lembrar que a Educação Ambiental integra a esfera política de decisões comuns, já que a inserção concreta na defesa ou disputa pelos bens ambientais adquire uma dimensão pedagógica no momento em que instituem espaços efetivos de questionamentos, encontros, confronto e negociação entre projeto político, universo cultural e interesses sociais diferentes (LOUREIRO; LAYRARGUES; CASTRO, 2011; CARVALHO, 2012; BOFF, 2016).

Os protocolos comunitários buscam a construção coletiva, não só como um documento norteador previsto no Protocolo de Nagoya, mas como um espaço pedagógico coletivo. Santos (2018), advoga que isso consiste no descolonizar as relações de poder predominantes e oportunizar a emancipação econômica e epistêmica dos sujeitos, uma vez que a libertação é entendida como direito inalienável de um povo a ter sua própria história, a tomar decisões a partir da realidade e experiências próprias. Assim, “a luta pela descolonização e a aposta decolonial sublinham que se trata, acima de tudo, de lutas pelo controle da consciência, pela libertação da opressão do conhecimento enquanto monocultura” (SANTOS, 2018, p. 107).

Práticas comunitárias em educação ambiental: saberes e vivências na construção do protocolo comunitário do Beira Amazonas, Brasil

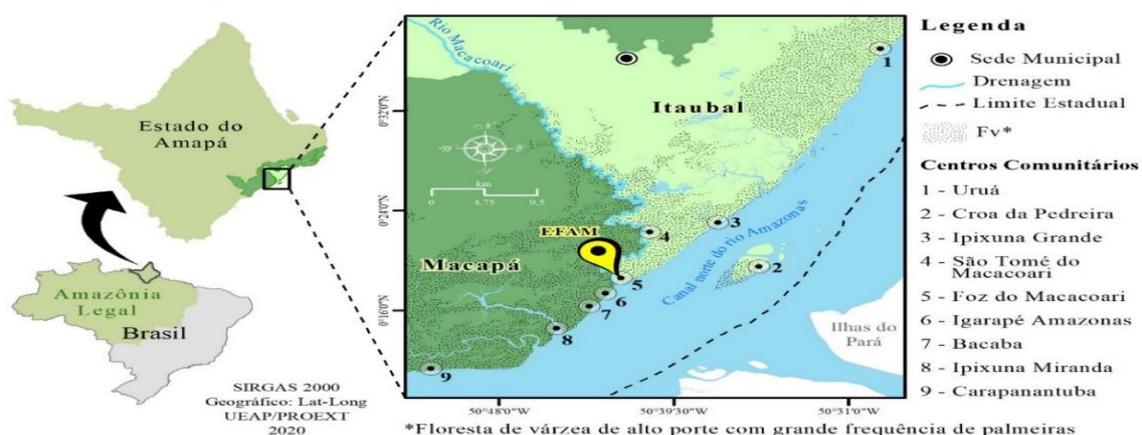
O protocolo comunitário é uma forma de externalizar o existir de uma comunidade, de um território, confrontando à lógica da monocultura dos saberes, para surgir um conhecimento que emerge da experiência social do ribeirinho, porque em nome do “desenvolvimento,” as comunidades tradicionais, os povos da floresta, são pressionados a maximizar a produção extrativista. Contudo, a sociedade organizada e os movimentos sociais têm resistido e defendido o modo de vida, relativamente autossuficiente destes povos, utilizando instrumentos normativos para serem ouvidos, ainda que minimamente.

É preciso pensar em alternativas de descolonizar a compreensão de uma Educação Ambiental preservacionista e compreendê-la em sua essência. Isso sugere que o diálogo seja a base do processo formativo e que a representatividade coletiva e libertária subsidie os protagonistas das comunidades tradicionais amazônicas, a partir dos pilares de uma educação popular freiriana, em que os protocolos comunitários sejam vistos como modelos exitosos de organização e formação socioambiental comunitária. Portanto, o objetivo deste estudo consistiu em compreender os saberes/vivências em Educação Ambiental na construção do Protocolo Comunitário do Beira Amazonas, Amapá.

Metodologia

O presente estudo foi desenvolvido no território do Beira Amazonas, exposto na Figura 1. Esse território abrange os municípios de Itaubal do Piririm e Macapá, e é constituído pelas seguintes comunidades: Foz do Macacoari, São Tomé do Macacoari, Ipixuna Grande, Uruá e a Escola Família Agroecológica do Macacoari (EFAM); Carapanatuba, Ipixuna Miranda, Rio Bacaba, Igarapé Amazonas, Croa da Pedreira, respectivamente.

Figura 01. Localização das Comunidades do protocolo comunitário do Beira Amazonas-AP



Fonte: Almeida (2020).

O acesso às comunidades ocorre, quase que completamente, por via fluvial, mas inicia-se o trajeto por via terrestre, em veículo automotor, até a comunidade do Lontra da Pedreira, com duração média de 50 minutos. Em seguida, inicia-se o percurso fluvial em veículo denominado popularmente de “voadeira” (lancha/motor), num trajeto de aproximadamente 60 minutos até a sede da comunidade foz do Macacoarí. No que concerne ao transporte coletivo, os moradores têm acesso, ao denominado por eles, “barco de linha.” Este transporte faz o percurso três vezes por semana, com saída do canal do Jandiá, localizado em Macapá-AP, percorrendo o Rio Amazonas até o arquipélago do Bailique, com paradas nas comunidades que integram o Beira Amazonas. A duração média da viagem é de três a quatro horas até a chegada ao destino final.

Cabe destacar que, devido à irregularidade do transporte público, os moradores optam pela ida à capital do Estado, Macapá, via comunidade Lontra da Pedreira, sendo necessário, para isso, o custeio de 60 litros de gasolina e 1 litro de óleo dois tempos. No momento da pesquisa, o litro da gasolina custava, em média, R\$ 8,50 (oito reais e cinquenta centavos, no período de 2019-2021), e calcula-se que, a cada vinda, os moradores precisavam dispendir cerca de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais) apenas com o deslocamento fluvial, sem contabilizar o trajeto via terrestre.

Quanto às atividades econômicas, há a predominância do extrativismo do açaí, pesca do camarão, produção de melancia, banana, cana-de-açúcar, cupuaçu, macaxeira, cacau, mel, dentre outros. Entretanto, ressaltamos que a pesca artesanal e a extração do açaí têm papel fundamental na geração de renda das populações locais. O atendimento à saúde dos moradores é precário, devido à falta de medicação, estrutura física e de equipamentos nos Postos de Saúde. Por conta disso, cerca de 20% dos moradores preferem buscar atendimento na capital do Estado (Macapá).

Quanto ao acesso à escola, nas comunidades que aderiram ao protocolo, há pelo menos uma instituição de ensino com oferta de Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. A oferta dos anos finais do Ensino Fundamental, ocorre nas comunidades do Ipixuna Miranda e Foz do Macacoarí, pelo sistema modular da Rede Estadual de Ensino e pela Escola Família Agroextrativista do Macacoarí (EFAM). Embora existam escolas, o número não é suficiente para atender à demanda e às especificidades locais, uma vez que a distância entre uma comunidade e outra, somada ao intervalo das marés para o deslocamento nas escolas-polo, dificulta a permanência das crianças, adolescentes e jovens.

Nesse ponto, cabe ressaltar a Escola Família Agroecológica do Macacoarí, uma escola comunitária, fundada nos princípios da pedagogia da alternância, que além de seu papel formativo, foi quem desencadeou o movimento que instigou a discussão do Protocolo Comunitário do Beira Amazonas, objetivando fortalecer os princípios da alternância no tempo/vivência escola-comunidade. Isso porque a referida escola entende a importância da agroecologia na promoção da justiça social e na defesa da sustentabilidade territorial.

A compreensão dos moradores do Beira Amazonas sobre o que é território vincula-se à categoria “poder”, porém não apenas no sentido concreto de dominação (poder político), mas ao poder simbólico, ligado à apropriação de determinados grupos para com seu espaço de vivência (HAESBAERT, 2011). Nesse sentido, trata-se do resultado de relações estabelecidas entre agentes sociais, cuja identidade é acionada frente aos modos de apropriação e controle e no uso social dos recursos naturais.

Instrumentais e técnicas de pesquisa

Esta pesquisa constitui-se por cinco etapas: 1) levantamento bibliográfico; 2) Observação participante; 3) Grupo focal com o comitê gestor do protocolo e 4) Sistematização e análise dos dados. As bases epistemológicas do estudo fundamentaram-se em Boff (2016), sobre o conceito sustentabilidade; Leff (2015) e Santos (2018), para a compreensão dos saberes ambientais, a sustentabilidade da vida e os movimentos ambientais, e ainda, Freire (1992); Loureiro, Layrargues e Castro (2011); Gadotti (2000) e Carvalho (2012), que discutem a Educação Ambiental como práxis educativa libertadora.

No decorrer desta pesquisa foi feita a observação participante, que consistiu na participação e acompanhamento das oficinas de elaboração do Protocolo Comunitário do Beira Amazonas, em concordância com Correia (2009, p. 15) que afirma ser “preciso que estejam reunidos critérios, tais como o responder a objetivos prévios, ser planejada de modo sistemático, sujeita a validação e verificação, precisão e controle.”

A metodologia de construção do protocolo foi definida nos seguintes momentos: 1) oficina zero; 2) oficina 1; 3) oficina 2; 4) 1º Encontro; 5) oficina 3, e 5) plenária final e/ou 2º Encontro. Na oficina zero iniciou-se o processo de adesão ao protocolo, sendo que todas as comunidades que fazem parte do território foram convidadas, mas somente nove assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para compor o grupo de trabalho (Parecer 5.176.041/2021). Após o consentimento dos representantes comunitários, foi feita a

deliberação sobre a data e local das reuniões posteriores para o processo de elaboração do protocolo comunitário do Beira Amazonas.

A *Oficina 1* aconteceu na comunidade de Ipixuma Miranda, com a presença das nove comunidades, as quais se reuniram para fazer um levantamento socioambiental. Já a *Oficina 2* ocorreu na comunidade do Rio Bacaba, com o objetivo de refletir sobre os conceitos e as legislações nacionais e internacionais, ligados às comunidades tradicionais. Na oportunidade, houve a participação de representações de setores públicos, quais sejam: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural (SDR/AP), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP), os quais foram convidados pelas comunidades partícipes do Protocolo do Beira Amazonas.

o 1º *Encontro* aconteceu na foz do rio Macacoarí, momento em que estiveram presentes entidades públicas consideradas pelas lideranças como estratégicas para o desenvolvimento da região: Superintendência do Patrimônio da União no Amapá (SPU/AP); Instituto do Meio Ambiente e do Ordenamento do Estado do Amapá (IMAP); Instituto de Manejo e Certificação Florestal (IMAFLOA); Instituto TERROÁ; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural (SDR); Instituto Internacional de Educação no Brasil (IEB), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB/AP); alunos do Ensino Médio da EFAM e representantes do Distrito do Bailique.

A *Oficina 3*, ocorreu na comunidade de São Tomé e teve como objetivo discutir sobre cooperativismo, associativismo, certificação dos modos de coleta e manejo do açaí. A *Oficina 4* aconteceu na Comunidade do Uruá, na qual foram feitas as discussões sobre a criação de uma cooperativa ou adesão à cooperativa AMAZONBAI, momento em que os comunitários decidiram pela adesão à referida cooperativa, integrando-se, assim, como cooperados do Beira Amazonas e do Arquipélago do Bailique. Além disso, houve a deliberação sobre: a) criação de uma entidade para fazer a gestão do Protocolo Comunitário Beira Amazonas; b) aprovação do processo de construção do documento base do Protocolo; c) construção do mapa da região e d) levantamento de produtos das comunidades e certificações para cadeia produtiva do açaí no Conselho de Manejo Florestal (FSC) e orgânica.

O 2º *Encontro*, ou plenária final, objetivou o encaminhamento dos acordos que deveriam constar no documento do Protocolo. Com a conclusão das fases de realização das plenárias, o documento final do Protocolo do Beira Amazonas encontra-se em fase de sistematizações e publicação, sob a responsabilidade de comitê gestor, que deve direcionar

a implementação das ações previstas.

Para o acompanhamento de todo o processo de construção do protocolo, criamos um diário de campo, no qual inserimos todas as observações e percepções sobre as falas resultantes das perguntas geradoras, previstas na metodologia específica do Grupo de Trabalho da Coordenação do Protocolo. A partir dessa observação participante, optamos pela execução de uma sessão de grupo focal, junto ao Comitê Gestor do Protocolo do Beira, representados pelas lideranças das nove comunidades participantes, a qual foi realizada no 2º Encontro ou plenária final.

O Grupo Focal que originou os resultados obtidos nesse estudo, foi sustentado nas concepções advindas de Minayo (2007), Flick (2009) e Andrade e Amorin (2010), que afirmam que os grupos focais devem estar associados à outras técnicas de coletas de dados, principalmente a entrevista individual e a observação, pois possibilitam a análise das percepções individuais, das interações coletivas e de aspectos recorrentes ao cotidiano dos sujeitos pesquisados. Isso, para Gatti (2005) nos permite compreender as percepções e experiências que, normalmente, ficariam pouco desenvolvidas nas entrevistas individuais ou coletivas.

Resultados e Discussão

A educação ambiental, busca a representatividade coletiva, como processos de democratização de uma cultura participativa, como elemento propulsor da consciência socioambiental, compreendendo que a educação é alicerçada no diálogo crítico, capaz de desvelar sua própria realidade e a partir daí, transformá-la, superando uma posição ingênua e inerte frente ao contexto de insustentabilidade em que vivemos na sociedade atual. Esse processo demanda o compromisso da coletividade, para uma prática integradora de ações educativas definidas pelos critérios da sustentabilidade que corresponda ao potencial ecológico e aos valores culturais de cada território a partir das dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais. Partindo desse pressuposto, os resultados deste estudo trazem Reflexões sobre os processos de governança para a sustentabilidade através de protocolos comunitários em comunidades ribeirinhas Amazônicas Amapaense, como um processo pedagógico formativo, como exemplos exitosos para se pensar a educação ambiental em contexto Amazônico Amapaense.

Práticas comunitárias dos povos do Beira Amazonas, saberes- vivências territoriais

A sócio biodiversidade é compreendida pelos povos e populações tradicionais como a diversidade da vida, pois supera a ideia de “recursos naturais”, já que biodiversidade pertence ao domínio natural e cultural. Contudo, é a cultura enquanto conhecimento que permite às populações tradicionais estabelecerem relações complexas entre seus modos de vida e a preservação da natureza. Nesse sentido, podemos afirmar que o conhecimento tradicional é o saber e o saber-fazer sobre o *habitat* natural e sobrenatural, que são compartilhados entre as gerações presentes e futuras de um determinado território de vida (DIEGUES, 2019).

Na Amazônia, a floresta, os rios e as roças estão longe de serem apenas um lugar de retirada dos meios de subsistência, haja vista que esses espaços se constituem em um diálogo direto de sociabilidade, diversidade sociocultural e ambiental dos Amazônidas com os seus ecossistemas naturais, configurando-se como ação de sua territorialidade-naturalidade, produzidas entre os saberes de natureza (FLORIANI et al., 2019).

Leff (2021) ressalta que os povos e populações tradicionais são moradores dos ecossistemas em seus territórios de vida e ao longo dos anos veem buscando estratégias de resistência e re-existência, tal como expresso no discurso político dos movimentos, na reinvenção de suas identidades e nas estratégias de reapropriação de seu rico patrimônio de biodiversidade. Nesse contexto, a população ribeirinha do território do Beira Amazonas enfrenta esses desafios, e para tal, tem buscado na organização comunitária a garantia de direito ao bem viver em seus territórios e à preservação da sua biodiversidade, como podemos observar nos relatos dos colaboradores no decorrer do grupo focal :

*Uma das ações do **protocolo comunitário** que é essa questão da **conservação da biodiversidade**, então tem tudo a ver um pouco com essa pauta que é a natureza né, **é de onde tiramos nosso sustento** né e é o que a gente no dia a dia vem defendendo pra poder conservar [...] para a próxima geração então ela é uma ferramenta que tá ligado diretamente com o objetivo da consolidação do protocolo (COLABORADOR 1).*

Muitas coisas né. Sem a natureza a gente não se alimenta, sem ela nós não sobrevive, ela guarda tudo que eu gosto, dela nós tiramos alimento, tanto nós tiramos, como também a gente repõe né? (COLABORADOR 2).

*Então assim a natureza tem um significado muito importante pra gente, **a gente não consegue viver sem o apoio dela, sem conviver juntamente com ela**, você vê que até nas próprias cidades já estão plantando árvore pra poder ter uma vida melhor, sente a falta onde não tem né, **então hoje pra nós como ribeirinhos**, o que é **a natureza, preservar** (COLABORADOR 3).*

Práticas comunitárias em educação ambiental: saberes e vivências na construção do protocolo comunitário do Beira Amazonas, Brasil

Observa-se nas falas anteriores que o conceito de natureza reflete o modo de vida ribeirinho e das populações tradicionais, e vai além da preservação, pois mostra interdependência, cuidado e inclusão como parte do processo. Nesse processo, a luta e resistência são permanentes para continuar a existir (ou re-existir) respeitando a diversidade de saberes, culturas e territórios desses povos ribeirinhos que vivem do seu trabalho e com ele produzem práticas cooperadas e diversificadas de uso e ocupação do território. Vale considerar que isso forma o mundo natural, da cultura, das relações e da cooperação e esses ideais são explicitamente marcados nas falas pela construção de seus protocolos comunitários.

No entanto, é preciso evitar uma visão romântica dessa relação, considerando que alguns hábitos como o consumo das carnes de animais silvestres, como a paca, os tracajás, o macaco, jacarés, dentre outros, podem parecer algo degradador, mas é necessário compreendermos que são formas de relação de subsistência das famílias ali existentes.

Está explícito nas falas o caráter da sobrevivência, o que na concepção de Loureiro (2019) se relaciona ao elevado grau de vínculo e dependência de seus territórios e práticas econômicas e culturais, estabelecidas na reprodução das condições básicas de vida como uma unidade partilhada. Assim é que a construção de um futuro sustentável necessita de diversas concepções- interesses- racionalidades que implicam em novos territórios de vida, como podemos evidenciar no relato a seguir:

Amazônia que tá aí em jogo, e todo mundo tá de olho né, mas o que a gente fazer né, se capacitar cada vez melhor né pra que a gente possa viver nela, mas sem destruí-la, porque hoje a gente tem que ter a noção de que **hoje nós que estamos, mas amanhã são os outros que vão estar** (COLABORADOR 3).

Verifica-se que os seguintes termos/expressões: *Amazônia que tá aí em jogo; hoje nós que estamos, mas amanhã são os outros que vão estar*, demonstram que a preocupação dos comunitários consiste em garantir às futuras gerações o acesso aos recursos naturais e, principalmente, oportunizar por meio da organização comunitária, a exemplo, do ***laudato si*** – nossa casa comum (FRANCISCO, 2015), a importância da relação ambiente e sociedade. Por conta disso, advogam princípios de uma ecologia integral, que para além das ciências biológicas ou humanas, tem como base as vivências construídas, principalmente a partir das crenças religiosas locais.

A sustentabilidade é compreendida pelos comunitários do Beira Amazonas como as inter-relações estabelecidas no tempo/vivência em que os diálogos de partilha de saberes entre os agentes internos e o fortalecimento das organizações comunitárias são princípios fundamentais nas ações da sustentabilidade da vida, como podemos observar nos relatos:

*Dentro da medida do possível, dentro das dificuldades fazer com que essa palavra **comunidade possa prevalecer, desde a tomada de decisão até a conversa do dia a dia**, o debate do dia a dia e muitas das vezes dentro desse debate que vai surgir as ideias né, muitas das vezes a gente pelo fato de ter. **Eu e a comunidade eu posso dizer a gente batalha**, batalha, tem um relacionamento, começa muita coisa mais na hora de apoio (COLABORADOR 2).*

Eu tenho que lutar em prol dos benefícios, ajudas, programas, que venham pra dentro da minha comunidade, pra todos (COLABORADOR 7)

***Você presta um serviço comunitário pra comunidade, pra servir o povo**, não pra ser servido porque é meu modo de trabalhar, meu modo de ver e meu modo de viver também (COLABORADOR 8).*

***Comunidade são todos que estão lá que fazem parte da comunidade**, que convivem, que vivem lá dentro, de uma forma ou de outra, e o que eu vejo que eu não tenho que deixar que o meu interesse pessoal seja, ou **interfira no interesse coletivo**, porque na medida que eu tô fazendo isso eu tô atrapalhando um monte de gente a se desenvolver a crescer. **No coletivo não tem isso, a gente tem que escutar todo mundo e a comunidade também** a gente tem que interagir junto com a comunidade (COLABORADOR 9).*

Observamos, nos relatos, que as percepções de coletividade e pertencimento estão ligadas ao diálogo e que a luta comunitária oportuniza a esperança por uma sociedade mais justa e com equidade social. Isso remete aos estudos feitos por Barbosa (2019) em comunidades de Santo Amaro, no estado do Pará, os quais apontam que, embora não haja associações formalmente instituídas, há relações muito próximas entre os moradores, em decorrência de relações de parentesco estabelecidas no processo de formação das comunidades amazônicas, fato comum na região pesquisada. Isso demonstra o senso de comunidade desses povos, bem como que eles compreendem que somente juntos podem manter a existência de sua população e preservar seus saberes.

Empoderamento e organização comunitária: a re-existência por meio do protocolo comunitário do Beira Amazonas

Santos (2018) diz que é preciso descolonizar e oportunizar a emancipação econômica e epistêmica dos sujeitos, uma vez que a libertação é entendida como direito inalienável de

Práticas comunitárias em educação ambiental: saberes e vivências na construção do protocolo comunitário do Beira Amazonas, Brasil

um povo a ter sua própria história, a tomar decisões a partir de sua realidade e de suas experiências. A visão da interdependência faz parte do modo de vida do ribeirinho amazônico e aqui cabe destacar uma nova definição integradora de sustentabilidade. Trata-se da definição de Boff (2016), a qual destaca que sustentabilidade é a Terra viva, a comunidade de vida, a sociedade e a vida humana, que buscam dar continuidade às gerações presentes e futuras, de tal forma que os bens e serviços naturais sejam mantidos e enriquecidos em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução.

O processo de construção do Protocolo Comunitário do Beira Amazonas evidencia o fortalecimento das organizações comunitárias e traz em seu bojo uma demanda de fortalecimento das cadeias produtivas da região, além de questões relacionadas à regularização fundiária e à proteção dos conhecimentos tradicionais, principalmente para o aumento da produção do açaí. O foco está, portanto, na produção ecologicamente correta, o que inclui coleta e manejo dos produtos da floresta, sem a exploração predatória.

No processo de construção do Protocolo Comunitário, os participantes tiveram acesso a conteúdo de associativismo e cooperativismo, conhecimento esse que não está tão longe de suas vivências, dado que ouvimos vários relatos, como por exemplo, o de que ao pescarem uma quantidade de peixes maior do que a família pode consumir, é costume dividir com os demais membros da comunidade. Essa atitude aponta para uma prática de economia solidária, a qual perpassa pela ideia de satisfação das necessidades da comunidade, sem a ideia do lucro (SANTOS, 2018).

Além das evidências das noções de pertencimento ao território, o processo de construção do Protocolo Comunitário, permitiu que as lideranças das comunidades fizessem uma reflexão sobre a importância do seu papel no movimento comunitário, embora tenham detectado a falta de envolvimento de alguns membros, tais como crianças, adolescentes e jovens que, segundo eles, deveriam participar em igualdade de entendimento e condições. Isso se manifesta nos seguintes relatos:

Então o protocolo hoje pra mim é como a gente tá vendo aí uma coisa que surgiu como se fosse uma luz no fim do túnel (COLABORADOR 1).

E abraçar essa causa, e as demandas que vem do coletivo são essas que a gente encaminha, hoje eu não encaminhei nenhuma demanda pessoal minha. Agora todas as comunidades e a gente tá vendo que o pessoal tá acreditando no trabalho (COLABORADOR 2).

*O meu desafio hoje, eu e minha comunidade sempre lutando pra que possa tá estabelecer essa dinâmica ai de comunidade e também, onde a comunidade se sinta representada, **não adianta eu querer fazer uma coisa, mas a comunidade não quer. O que eu vejo que eu não tenho que deixar que o meu interesse pessoal seja, ou interfira no interesse coletivo, por que na medida que eu tô fazendo isso eu tô atrapalhando um monte de gente a se desenvolver a crescer, por mais que eu tenha uma ideia que seja diferente dos outros** (COLABORADOR 4).*

*Pra mim o protocolo foi um exercício de paciência né, inclusive reavaliar alguns conceitos que eu tinha né, **pra poder melhorar inclusive a minha ação dentro da minha própria comunidade** (COLABORADOR 6).*

Cabe destacarmos a defesa do interesse individual nos relatos apresentados, mas também da representação social com poder coercitivo no coletivo do pensamento. Isso é ainda demonstrado no processo de mobilização comunitário em prol de um pensamento coletivo, o que interfere nos outros membros e, conseqüentemente, no grupo. É importante ressaltar que o conflito e o diálogo fazem parte do exercício democrático.

A consciência de que o interesse individual não deve sobrepor-se ao coletivo demonstra que os colaboradores desta pesquisa compreendem as relações socioculturais como ato político no exercício das decisões coletivas, ressaltando a educação como um ato emancipatório de inclusão social no fortalecimento das organizações comunitárias locais. Para Gohn (2008), esse senso de coletividade configura-se em ações identitárias, que oportunizam o protagonismo como sustentação das lutas cotidianas das organizações sociais. Neste contexto, destacamos que na Amazônia, a Educação Ambiental precisa ser pensada a partir dos saberes locais, bem como as propostas educativas devem evidenciar as singularidades existentes em cada território, ao considerar o patrimônio sociocultural e ambiental como uma prática social educativa no processo de formação para cidadania.

Portanto, as lutas sociais, que se dão na Amazônia, são lutas pela vida, ética e emancipação humana e devem ser entendidas para além dos fatores socioeconômicos e ambientais, mas como reflexão intensificada por meio de uma Educação Ambiental holística, emancipatória e inclusiva, na construção da sustentabilidade da vida.

A Educação Ambiental como basilar para a emancipação social na construção do Protocolo Comunitário do Beira Amazonas

A inter-relação da Educação Ambiental no processo de construção do Protocolo, parte do princípio de que a Educação Ambiental não está dissociada do modo de vida da população.

Práticas comunitárias em educação ambiental: saberes e vivências na construção do protocolo comunitário do Beira Amazonas, Brasil

Essa concepção é demonstrada por Carvalho (2012), ao discutir a formação do sujeito ecológico, por meio de sua vivência, valores e crenças, como características individuais. A população ribeirinha amazônica, pela interdependência do meio em que vive, exhibe práticas culturais compatíveis para sua sobrevivência e subsistência. Pode-se inferir que a Educação Ambiental como representação social, está implícita na relação do sujeito com o objeto (MOSCOVICI, 2015), entendendo que a Educação Ambiental está imbricada na experiência do sujeito. Podemos evidenciar isso nas seguintes elocuições:

*Nosso trabalho dentro do protocolo, é a **conscientização das pessoas** e poder preservar melhor esse nosso patrimônio que é tão importante que é a natureza a Amazônia (COLABORADOR 3).*

Nosso objetivo de como cuidar da natureza preservar ela cuidando dela, por que ela é o principal sustento das nossas famílias dentro das nossas comunidades (COLABORADOR 5).

Nos trechos destacados, verificamos o comprometimento com o meio ambiente em que vivem, assumindo o lugar de pertencimento e daí inferimos que a Educação Ambiental pode reforçar ainda mais este sentimento. Não cabe aqui classificarmos em qual concepção a Educação Ambiental se vincula, mas destacamos que os saberes já consolidados, tal como afirma Baeta e Castro (2011), devem constituir uma Educação Ambiental que implique em tomada de consciência, de responsabilidade, que envolva fatores políticos, econômicos, culturais e científicos. Esse aprendizado que pode ser ofertado pela Educação Ambiental é latente nos relatos dos participantes desta pesquisa, tal como pode ser visto a seguir:

*A gente tem nossas organizações **a partilha da igreja, nossa escola**, nossa ...não só uma igreja, mas tem outras igrejas, a gente precisa tentar dialogar (COLABORADOR 5).*

*E até pra mim o protocolo foi um **exercício de paciência** né, inclusive reavaliar **alguns conceitos que eu tinha né**, pra poder melhorar inclusive **a minha ação dentro da minha própria comunidade** e acho que isso também serviu pra todos os meus companheiros (COLABORADOR 6).*

Observa-se o indicativo de aprendizado de novos conceitos, a contribuição do movimento social da comunidade, das ações da escola, na igreja como espaços de diálogos. Esses movimentos constituem espaços de implementação de transformação local que, segundo Loureiro, Layrargues e Castro (2011), estabelecem movimentos que são

instrumentos coletivos que permitem expressar as carências e buscar alternativas para mudança da condição de vida.

Nesse sentido, o processo de construção do Pensamento Coletivo se compõe num ambiente de formação de educadores ambientais. Em tal processo, a reflexão e a comunicação estimulam a consciência crítica sobre a realidade social e, assim, a Educação Ambiental está presente como prática pedagógica, o que para Carvalho (2012) consiste em compreender a complexidade das questões ambientais para poder construir um conhecimento dialógico e possibilitar novos saberes.

A vertente crítica da Educação Ambiental é favorável à reorientação das formas de pensar dos sujeitos e nessa linha de pensamento, ficou evidente que no processo de construção do Protocolo Comunitário do Beira Amazonas, ainda há a necessidade de acordos comunitários não escritos. Para tanto, é necessário um processo educativo permanente e diálogo entre as populações locais.

Considerações Finais

As práticas de proteção do meio ambiente vividas no cotidiano dos moradores que habitam o território do Beira Amazonas são socialmente respeitadas, seja por pressão dos fenômenos naturais e/ou por proteção à sua sobrevivência. Esse coletivo de pensamento pode ser alterado para uma melhor e maior proteção, à medida que o processo educativo em Educação Ambiental se consolida e passa a fazer parte da vida dos habitantes, de forma consciente.

O Protocolo Comunitário permite dar visibilidade à riqueza natural privilegiada da população do território do Beira Amazonas, que apesar das riquezas, vive a pobreza e a vulnerabilidade social. Isso porque essa população ainda padece por falta de segurança pública em algumas comunidades, pela ausência de políticas públicas voltadas para estimular o beneficiamento dos produtos, de modo a agregar valor e pela ausência de propostas pedagógicas voltadas à educação do campo.

Contudo, a população do território *lócus* da pesquisa em tela, demonstra sentimento de pertencimento à natureza e forte ligação cultural e religiosa com o lugar que vivem. Percebemos, ainda, a consciência sobre os saberes ambientais, os quais foram manifestados nas falas das lideranças e nos grupos de trabalho do Protocolo. Verificamos também, o desejo de reconhecimento da comunidade como população tradicional, pois eles têm orgulho de ser peconheiros/as, que amam o rio pela beleza e por dali retirarem o sustento. São orgulhosos

de pouco precisarem de medicação industrializada, porque tem no quintal uma diversidade de plantas medicinais, e ainda, exibem o sentimento de felicidade por morarem no referido território. Tudo isso pôde ser comprovado não só pelas falas, mas principalmente pelas expressões, sorrisos e olhares que este povo exhibe.

É importante compreendermos que a Educação Ambiental, nesse contexto, deve vir imbuída de construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes vinculadas aos saberes tradicionais, não como um ensino formal escolar, mas, sim, como um ensino que permite que homens e mulheres ribeirinhos entrelacem suas vidas à Educação Ambiental transformadora, emancipadora e que esses sujeitos sejam capazes de se posicionar, individual e coletivamente, na preservação da sustentabilidade da vida.

Por fim, propomos que sejam estabelecidas estratégias de diálogo permanente entre o comitê gestor do Protocolo do Beira Amazonas, afim de envolver um maior número de moradores no processo de acompanhamento e avaliação dos acordos validados na plenária final, o que, conseqüentemente, proporcionará maior representatividade à população local.

Referências

ANDRADE, Marcelo; AMORIN, Viviane. Grupo focal: a pesquisa com foco na interação dos sujeitos. In: MARCONDES, Maria Inês; TEIXEIRA, Elizabeth; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno (Org). **Metodologias e técnicas de pesquisa em educação**, Belém: EDUEPA, 2010.

BAETA, Anna Maria Bianchini; CASTRO, Ronaldo Souza. Autonomia intelectual: condição necessária para o exercício da cidadania. In. LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo *et al.* (Org.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, Jodson Cardoso. **Cartas temáticas do arquipélago do Bailique, AP**. 2020

BARBOSA, Leonard Jéferson Grala. **Comunidades ribeirinhas no processo de consolidação fundiária do refúgio de vida silvestre metrópole da Amazônia – PA**. 181 f. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido), Universidade Federal do Pará. Belém-PA, 2019.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é, o que não é**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CORREIA, Maria da Conceição Batista. A observação participante enquanto técnica de investigação. **Pensar Enfermagem**, v. 13. n. 2, ago./dez. Lisboa/Portugal, 2009.

DIEGUES, Antônio Carlos. Conhecimentos, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 50; p. 116-126, abr., Curitiba-PR, 2019.

FLICK, Uwe. **Introdução a pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORIANI, Nicolas; SKEUES, Juan Carlos; RÍOS, Francisco Ther; SILVA, Adnilson de Almeida; HALISKI, Antonio Marcio; SHIRAIISHI-NETO, Joaquim. Territorialidades da convivencialidade e do sentirpensar com as florestas comunitárias tradicionais. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 50, p. 21-48, abr., Curitiba-PR, 2019.

FRANCISCO, Papa. **“Carta Encíclica Laudato Si”**. São Paulo: Editora Paulinas, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**. São Paulo, Petrópolis, 2000.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília-DF: Líber livro, 2005.

GOHN, Maria da Gloria Marcondes. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GOMES, Raimunda Kelly Silva e CALADO, Janaina. O resistir e reexistir das populações tradicionais e extrativistas no território amazônico amapaense. **REMEA - Revista Eletrônica de Mestrado em Educação Ambiental**, 37 (4), set./dez. Porto Alegre – RS, 2020.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução de Luís Carlos Cabral. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

LEFF, Enrique. **Ecologia política**. Tradução Jorge Calvimontes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2021.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. LAYRARGUES, Philipp Pomier, CASTRO, Ronaldo de Castro (Orgs). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação ambiental: questões de vida**. São Paulo: Cortez, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2007.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Traduzido do inglês por Pedrinho A. Guaresch. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Na oficina do sociólogo artesão:** aulas 2011-2016. Rev. Ed. Maria Paula Meneses, Carolina Peixoto. São Paulo: Cortez, 2018.

Agradecimentos

Às populações tradicionais do Beira Amazonas e às lideranças locais, por permitirem o desenvolvimento desta pesquisa. Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá, por permitir a conclusão do curso de Mestrado. E, por fim, à Universidade do Estado do Amapá, pela disponibilização de infraestrutura e logística de campo necessárias à realização da pesquisa.

Sobre os autores

Elice Martins Nobre

Docente assistente da Universidade do Estado do Amapá, atua nas áreas de supervisão, orientação e gestão escolar. Pesquisadora na temática de educação ambiental, protocolo comunitário, saberes ambientais. Possui graduação em Direito pelo Centro de Ensino Superior do Amapá (2008), graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Amapá (2001) e mestre em Educação pela Universidade Federal do Amapá (2022). E-mail: nobreelice@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1020-3229>.

Raimunda Kelly Silva Gomes

Docente adjunta da Universidade do Estado do Amapá, líder do Grupo de Integração Socioambiental e Educacional (GISAE) e Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). É coordenadora do NUTEX e possui experiência em pesquisas voltadas às questões socioambientais e educação do campo, no Estado do Amapá. Mãe da Maria Eduarda e da Yasmim, busca construir redes de saberes entre a universidade e as comunidades tradicionais. E-mail: rkellysgomes@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4653-4000>.

Recebido em: 01/03/2023

Aceito para publicação em: 07/08/2023